

Sentidos da Participação Política: um estudo sobre os jovens do município de Palmácia

Wesley Gomes Pontes

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Emanuel Freitas da Silva

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/15148>

Resumo

Compreender o que pensam os jovens membros do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio, do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Giselda Teixeira, da Escola de Artes Casulo e do Movimento Eucarístico Jovem acerca da política e da participação política no município de Palmácia e, de modo específico, analisar o papel da internet no processo participativo foram os principais desafios do corrente estudo. Quanto aos aspectos metodológicos, ressalta-se que se realizou uma pesquisa bibliográfica; quanto aos fins, a pesquisa adotou um caráter descritivo e exploratório e abordagem quali-quantitativa. Em relação ao instrumento de coleta de dados, lançou-se mão do questionário eletrônico e das entrevistas semiestruturadas. Sobre a técnica de análise dos dados, fez-se uso da estatística descritiva, por meio da distribuição de frequência para análise dos questionários e da análise de conteúdo para as entrevistas. Os resultados revelaram que os jovens possuem uma perspectiva ainda direcionada à política e à participação política com a finalidade eleitoral. Verificou-se que a maioria dos jovens afirmou que não havia se manifestado politicamente nas redes sociais, no entanto, acredita que a internet pode auxiliar, de alguma forma, as juventudes no alcance de seus objetivos, ao entendê-la como uma ferramenta importante para comunicação e informação. Por fim, evidenciou-se a necessidade de que outras pesquisas possam ser realizadas, em diferentes contextos, com o propósito de se estimular o debate a respeito das distintas juventudes que compõem o Brasil e, assim, contribuir com a formulação de políticas públicas que possam atender suas necessidades.

Palavra-chave juventudes; participação; política; internet.

Abstract

Understanding what young members of the Student Council of Maria Amélia Perdigão Sampaio School, the Student Council of Giselda Teixeira State School of Vocational Education, Casulo School of Arts and the Young Eucharistic Movement think about politics and political participation in the municipality of Palmácia and, specifically, analyzing the role of the Internet in the participatory process were the main challenges of this present study. As for the methodological aspects, it is worth mentioning that bibliographic research was carried out; as for the purposes, the research adopted a descriptive and exploratory character and a qualitative-quantitative approach. Regarding the data collection

instrument, an electronic survey was used, being made available through Google Forms tool and shared through social networks (WhatsApp and Instagram) and semi-structured interviews. About the data analysis method, descriptive statistics were used through the frequency distribution for the analysis of the surveys and the analysis of the content for the interviews. The results revealed that those young groups have a perspective still focused on politics and political participation for the purpose of elections. It was found that most of them said they had never expressed themselves politically on social networks, however, they believe that the Internet can help, in some way, youth groups in achieving their goals, understanding it as an important tool for communication and information. Finally, the need for other studies to be carried out, in different contexts, was evinced, with the purpose of stimulating the debate about the different youth groups that form Brazil, and thus contributing to the formulation of public policies that can meet their true needs.

Key-word youth; participation; politics; internet.

Introdução

Esse artigo é parte da pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará e propõe uma discussão sobre os sentidos da participação atribuídos por um grupo social, plural e diverso, que ao longo das décadas exerceu influência e estimulou debates e reflexões importantes e necessárias no cenário nacional: as juventudes. Buscou-se analisar a concepção de participação política dos jovens de Palmácia, município do interior do estado do Ceará, tendo como ponto de partida o seguinte questionamento: qual a compreensão que um conjunto de jovens desse município possui sobre participação política?

Diante disso foi pensado enquanto objetivo geral compreender o que pensam os jovens acerca da política e da participação política em seu município e de modo complementar, analisar o papel da internet no processo participativo, em razão da relevância de tal mecanismo na atualidade, especialmente no momento de pandemia vivenciado, em que se teve o fechamento dos espaços públicos.

Salienta-se que para efeito de organização na seleção dos participantes, foram adotados os seguintes critérios: jovens compreendidos na faixa etária de 15 a 29 anos, assim definidos pelo Estatuto da Juventude, que fossem membros de algum dos grupos que compunham o objeto de estudo, a saber: dois grupos de jovens pertencentes a grêmios estudantis. De um lado, membros da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Amélia Perdigão Sampaio, escola de ensino regular, localizada na zona urbana da cidade, fundada no ano de 1983 e responsável pela formação da maioria dos palmacianos. Do outro, a Escola Estadual de Educação Profissional Giselda Teixeira, fundada no ano de 2017, que recebe jovens do município de Palmácia, Pacoti e Guaramiranga, com o objetivo de formar profissionais nas áreas de turismo, administração, redes de comunicação e segurança do trabalho. Outro grupo de jovens pertence à Escola de Artes Casulo, que iniciou suas atividades no ano 2000 e oferta aulas de música, teatro e dança. Para o presente trabalho foram selecionados apenas os alunos da modalidade de música, tendo em vista que foi a única que estava ativa, por razão do momento pandêmico vivenciado. Por último, tem-se o grupo de participantes do Movimento Eucarístico Jovem - MEJ, presente no município desde o ano de 2016, ligado à Igreja Católica, sendo uma ramificação juvenil do Apostolado da Oração, com finalidade específica de propagar os ensinamentos de Jesus, por meio do Evangelho e de práticas cristãs.

Quanto ao percurso metodológico, assumiu-se, de modo inicial, a realização de uma pesquisa de caráter bibliográfico, por meio da discussão de autores capazes de auxiliar na construção de uma base conceitual sólida, bem como para o estabelecimento de um contato com o que já se produziu acerca do tema trabalhado. A partir de Fonseca (2002), entende-se que todo estudo científico tem seu início com a realização de uma pesquisa bibliográfica,

para que o pesquisador conheça e se familiarize com os trabalhos já realizados. Quanto à abordagem, o estudo enquadra-se como quali-quantitativo e, quanto aos fins, como descritivo e exploratório.

Em relação ao instrumento para coleta de dados, fez-se uso do questionário fechado, que, conforme Gil (2008, p. 123), “pede-se aos respondentes para que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista. São as mais comumente utilizadas, porque conferem maior uniformidade às respostas e podem ser facilmente processadas”. Inicialmente foi estabelecido contato com representantes dos grupos citados, por meio da ferramenta WhatsApp, no qual foi apresentada a pesquisa e seus objetivos. Posteriormente se enviou o link, por meio da mesma ferramenta, aos integrantes do Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio e aos da Escola Estadual de Ensino Profissionalizante Giselda Teixeira, ficando disponível por intermédio da ferramenta Google Forms, de 10 de janeiro de 2022 a 10 de fevereiro de 2022. Para os membros da Escola de Artes Casulo e do Movimento Eucarístico Jovem - MEJ também foi estabelecido um contato primário e, posteriormente, marcado um encontro na Escola de Artes Casulo e outro na Igreja Matriz da cidade para que fossem respondidos os questionários. Evidencia-se que para análise dos dados obtidos fez-se uso da estatística descritiva, de modo específico, por meio da distribuição de frequência.

Para obter respostas mais subjetivas sobre os temas trabalhados no presente estudo e assim construir análises mais próximas às realidades observadas, visualizou-se a necessidade da realização de entrevistas semiestruturadas com dois participantes de cada um dos grupos estudados. Conforme Gil (2002), com a utilização da entrevista pode-se obter dados com maior profundidade a respeito do comportamento humano, além de serem passíveis de serem classificados e quantificados. Como técnica para análise desses dados, optou-se pela análise de conteúdo segundo Bardin (1977), em uma perspectiva descritiva, correlacional e interpretativa.

Informa-se que o trabalho foi estruturado em seções, a iniciar por esta introdução, na qual são realizados os apontamentos iniciais sobre o objeto de pesquisa do estudo, a sessão seguinte é destinada a discussão sobre o conceito de juventudes. Em seguida, encontra-se o debate sobre participação, logo após é realizada a análise dos dados e por último as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras.

2. Perspectivas conceituais sobre juventudes

Problematizar a respeito das juventudes envolve de forma bastante clara discutir sobre gênero, raça, classe social e todos os aspectos que se relacionam as especificidades, aos problemas e as reivindicações que permeiam a realidade dos grupos sociais. A Sociologia da Juventude, segundo Pais (1990), produziu duas principais correntes acerca do tema; a teoria geracional e a teoria classista. A primeira realiza análises da juventude como um conjunto de indivíduos que estão no mesmo período etário, pensando-os de maneira única, como um todo, não enxergando as particularidades. Tal corrente comporta o entendimento de que em toda e qualquer sociedade existe a presença de inúmeras culturas que podem ser consideradas dominantes ou dominadas, e se desenrolam na estrutura de um sistema dominante de valores. O autor aponta que a questão que se coloca no centro de discussão dessa corrente se refere, na verdade, à continuidade e descontinuidade desses valores, considerados intergeracionais.

Já para a segunda corrente, a compreensão se dá de outra forma, na medida em que entende e analisa a juventude por meio da associação da ideia de diversidade, especialmente pela origem das classes sociais. Nesse sentido, “[...] a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das classes sociais. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude” (PAIS, 1990, p. 157). Sigamos com o balanço.

Abramo (1997) pontua que a sociologia funcionalista compreende a juventude como categoria de análise sob a percepção dela como um momento de passagem, de modificação no ciclo da vida, da infância para a maturidade. Esse momento, segundo a autora, diz respeito a uma experiência problemática no que se refere à reflexão do processo de socialização dos indivíduos, ao passo em que eles começam a ser compreendidos dentro da sociedade a partir da apropriação de funções classificadas como “de adultos”. Haveria, pois, um choque na medida em que não se sabe ao certo o lugar que o jovem ocupa durante esse momento, uma vez que suas atitudes não podem ser analisadas como as de uma criança, nem tampouco como as de adulto. Desse modo, o indivíduo está em preparação para se consolidar como um sujeito social e, assim, exercer as atribuições para as quais passou a estar capacitado por meio de valores e comportamentos apreendidos.

Por sua vez, Bourdieu (1983), ao tratar das separações existentes entre as faixas etárias, considera a existência de uma complexidade ao citar as relações entre a idade social e a idade biológica. Ele cita que comparando os jovens de distintos segmentos da classe dominante é possível observar que quanto mais próximos do poder mais terão características de “adultos”, de “velhos”. Nesse sentido, a idade é compreendida como um dado biológico passível de ser manipulado, na medida em que ao se referir aos jovens como uma unidade e um grupo em que os interesses são compartilhados, realizando uma vinculação direta ao fator idade, acaba-se tendo uma manipulação. Dessa maneira, o sociólogo sugere a necessidade de se analisar as diferenças inerentes às juventudes.

Conforme aponta Groppo (2013), amparado nas ideias de Margulis e Urresti, havia uma dificuldade de definir as limitações das faixas etárias. A dificuldade se justificava pela pluralidade das juventudes, embora regidas por determinadas concepções, como a moratória social, período da vida em que se tem a possibilidade de adiar “exigências” sociais, como o emprego, casamento, filhos. Sobre a definição de juventude se “reconhece a centralidade da experiência da moratória social, a qual certa época histórica, certos lugares e certas classes sociais puderam oferecer aos seus adolescentes, que viveram então a condição juvenil” (GROPPPO, 2013, p. 55). A época citada se refere ao século XIX, os lugares, a Europa e EUA, enquanto as classes, especificamente as elites e posteriormente as classes médias. Dessa maneira, entende-se que a condição do jovem sob a ótica da moratória social foi e se mantém presente como desigual, a partir de aspectos como gênero, classe e etnia.

A partir dos autores supracitados, se faz necessário refletir sobre os vários grupos, de diferentes perspectivas e realidades sociais. Embasamos este estudo na perspectiva que compreende a existência de uma pluralidade, de juventudes que possuem contextos distintos com demandas particulares. Sendo assim, nos apoiamos na definição de juventude de Gilberto Velho, que sinaliza a necessidade de tratá-la como plural, significando assim, reconhecê-la como uma categoria social de grande complexidade e heterogênea. Além de que,

há várias maneiras de “ser jovem”, como também de “ser velho”, sem esquecer que essas próprias classificações não são dadas, e sim fenômenos socioculturais. No caso da nossa sociedade, apenas para exemplificar, basta pensar nas nebulosas fronteiras entre infância e adolescência, adolescência e juventude, juventude e maturidade, maturidade e velhice. Todas essas categorias e sua duração são discutíveis e sujeitas a constantes revisões, redefinições e reinterpretações (VELHO, 2006, p. 194).

Assume-se que a concepção de juventude produzida por Gilberto Velho está direcionada à compreensão das variadas formas de ser jovem e das especificidades que o termo significa em distintos contextos. O autor também sugere a discussão sobre as trajetórias sociais; para tanto, considera que alguns aspectos devem ser levados em consideração para o debate sobre tal problemática, como a relação do jovem com a família, uma vez que essa relação se torna fundamental para a construção da identidade. Cita-se, ainda, a inserção do jovem no sistema escolar, o conhecimento da sua sexualidade, os

vínculos e interações sociais, assim como inserção no mercado de trabalho, dentre outros aspectos que são envolvidos no processo de construção social das juventudes.

Alinhando-se a essa perspectiva, Souza e Paiva (2012) indicam que não há um entendimento único e abrangente que seja capaz de definir e apontar o grupo geracional em que o jovem está incluso, tendo em vista que essa categoria tem como particularidade o fato de estar em contínuo processo de estruturação, quer na perspectiva social, quer na perspectiva histórica. Para atender esse aspecto é que se tornou possível tratá-la em um sentido plural, juventudes.

Gohn (2018) relata que ao longo dos anos a juventude foi tratada pela literatura destacando-se seus atributos positivos como inovação e criatividade, além da capacidade de produção de mudança social, mas também enfatizando-se os problemas vinculados à idade, seus comportamentos e suas vulnerabilidades. Raramente, segundo a autora, os jovens foram pauta de estudos focalizando em seu caráter político, transformador. No entanto, possivelmente em razão do contexto de globalização, a socióloga percebe que na atualidade os jovens podem ser objeto de estudo a partir de seus papéis sociais, como estudantes e criadores de artes nos seus mais variados aspectos. A autora acredita, ainda, que esse contexto direciona de forma específica ao tema dos coletivos e dos movimentos sociais. Dessa maneira, ela entende que o mundo está vivenciando um novo período de ações coletivas que se caracterizam como novas formas de mobilização com diferentes conjunturas econômicas e políticas, embora com consequências muito próximas àquelas obtidas na década de 1960, na qual se teve uma explosão do povo nas ruas e repressão, especialmente com o advento da ditadura militar. Se reportando ao hoje, e em especial a respeito da internet, Gohn salienta que: “o uso da internet é um dos principais elementos de diferenciação, pois, de um lado, ela tem revolucionado a forma de a sociedade civil se comunicar, e, de outro, a forma de os indivíduos interagirem” (GOHN, 2018, p. 119).

Morais e Baquero (2018) afirmam que na década passada se tornaram recorrentes as indagações e as necessidades por uma sociedade em que se pudesse ter mais igualdade e inclusão, sendo essas inquietações operacionalizadas e divulgadas por intermédio dessa ferramenta digital. Os autores consideram que a internet tem se consolidado a cada dia como uma dimensão suscetível à construção de identidades coletivas, além de possibilitar um novo canal de comunicação entre o Estado e a sociedade. Sobre os principais usuários, destacam-se os jovens, em razão da descrença que eles possuem em relação aos modos tradicionais de participar politicamente. A partir disso é que se passou a utilizar novos modos de participação com o intuito de se reivindicar modificações estruturais.

Ao tocar-se no ponto em que se refere à aversão que os jovens possuíam quanto aos modos convencionais de participação e as instituições públicas, um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral¹ confirmaria a ideia. Os dados apontaram que os jovens compreendidos na faixa etária de 16 a 24 anos representam cerca de 13,28% do total dos eleitores brasileiros. No entanto, apenas 1,86%, o que representam um número de 302.501 pessoas, são filiados a partidos políticos. A filiação se dá especialmente nos seguintes partidos políticos: Unidade Popular (UP), com cerca de 35,8%, seguido do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com 10,1%, e por fim, Rede Sustentabilidade (Rede), com 7,4%. A partir dos dados apresentados pode-se colocar em pauta: o que influencia essa baixa filiação? Por qual razão os jovens não percebem nos partidos políticos uma forma efetiva de se colocar diante das pautas públicas e lutar por aquilo que acreditam?

Pode-se recorrer a Tomizaki e Daniliauskas (2018) para entender essa problemática. Os autores abordam que as pesquisas e os teóricos atuais defendem a ideia de que os jovens são vistos como desinteressados pela política, assim como demonstram, também, uma certa desilusão perante a política tradicional, aos seus mecanismos de

¹ Estatísticas de filiados a partidos revela baixa participação feminina e de jovens na política. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Junho/estatisticas-de-filiados-a-partidos-revela-baixa-participacao-feminina-e-de-jovens-na-politica>. Acesso em: 10 jun. 2021

participação, assim como aos partidos e as eleições. Importante destacar que a problemática referente à política tradicional se vincula, especialmente, à falta de engajamento dos jovens em partidos políticos, sindicatos, assim como movimentos sociais. Como forma de exemplificar o distanciamento dos jovens no que se refere à política, vale lembrar da recente campanha lançada pelo TSE no ano de 2022, direcionada aos jovens de 16 e 17 anos para incentivar o registro do título de eleitor. Tal campanha foi pensada a partir dos números mensais divulgados pelo TSE, que indicavam o menor percentual de registro desde 2006².

Contudo, Tomizaki e Daniliauskas (2018) indicam que o distanciamento dos jovens em relação à política se dá em razão dos jovens não enxergarem nos meios tradicionais uma forma de serem atendidas as suas pautas e necessidades, o que causa, assim, um desestímulo à participação. Sendo assim, a falta de informação não seria o fator principal causador do distanciamento dos jovens perante a política, mas, na verdade, “o conhecimento e a rejeição consciente de determinadas práticas típicas da política institucional” (TOMIZAKI, DANILIAUSKAS, 2018, p. 219).

Para operacionalizar o debate acerca do que está sendo abordado no presente trabalho, considerou-se de fundamental relevância realizar apontamentos sobre participação, uma vez que tal conceito está diretamente relacionado à proposta de pesquisa aqui já apresentada.

3. Apontamentos sobre participação

A partir do resgate histórico, é possível afirmar que a participação política remonta à Grécia. No entanto, em termos científicos, o marco é do século XVIII, mais precisamente com as ideias de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), de clássicos do liberalismo como John Stuart Mill (1806-1873) e Alexis de Tocqueville (1805 -1859). Karl Marx (1818-1883) e Friederich Engels (1820-1895), por outro lado, foram os propulsores no que se refere a uma tradição de análise que foi capaz de realizar paradigmas sobre o tema da participação. Já no século XX, o destaque vai para autores como Rosa de Luxemburgo (1871-1919), em sua teoria sobre participação em massas, e também para Antonio Gramsci (1891-1937), em sua análise a respeito dos conselhos de fábrica italianos (GOHN, 2019).

Seguindo nessa expectativa, pode-se afirmar que os primeiros estudiosos a realizarem trabalhos acerca do tema da participação vinculados à perspectiva de atuação prática dos indivíduos em instituições associativas foram Harold Laski (1951), Howard Cole (1993) e, posteriormente, Paul Hirst (1994). Vale destacar que as ideias de Cole se aproximam das de Rousseau, ao entender que a vontade se constitui como alicerce da estrutura social e política, desse modo, seria imprescindível a atuação dos indivíduos por meio das associações com a finalidade objetiva de atender às suas necessidades. Nesse sentido, o autor entendia que exclusivamente por esse meio e em instituições locais que o homem poderia compreender a democracia.

Como sugestão, ele apresentou a construção de uma lista de instrumentos de participação para a efetivação disto, como: cooperativas e conselhos, ao passo que ainda criou uma estrutura política com a pretensão de estimular o desenvolvimento de processos participativos, desde a comuna local à nacional. Ainda conforme o autor, no que se refere à área da Ciência Política, pode-se afirmar que a partir dos anos sessenta foi notória a importância dada ao tema da participação, especialmente pelas análises de Alessandro Pizzorno nas quais o autor conseguiu defini-la como uma ação em solidariedade de um indivíduo em direção ao outro, quer na esfera de um Estado ou mesmo dentro de uma lógica de classes, com o intuito de se manter ou transformar a estrutura vigente do sistema (GOHN, 2019).

² Fonte: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tse-registra-numero-de-eleitores-menores-de-idade-mais-baixo-para-abril-desde-2006/>

Nirenberg (2006) observa que esse conceito diz respeito ao envolvimento dos indivíduos, à capacidade de atuação prática, de gerar influências em determinados processos bem como nas tomadas de decisão. Milani (2008) aborda que a participação se constitui como uma parte da realidade social, em que as relações não se configuram em estruturas. Dessa forma, a ação é constituída pela modificação social e suas práticas e bases passam por uma evolução e se adquirem formas distintas em diferentes contextos.

Sobre as maneiras de se participar, Avritzer (2008) percebe as instituições participativas como caminhos para a inclusão dos atores sociais no processo decisório. Nesse sentido, são elencadas três formas de participação, sendo elas: a primeira, que diz respeito ao estabelecimento de uma lógica de baixo para cima, por meio das quais os cidadãos e as organizações podem se inserir. O exemplo dado pelo autor se vincula ao orçamento participativo, em que determinadas decisões são formuladas a partir dos atores sociais.

A segunda, por outro lado, compreende a construção por meio de uma repartição do poder, ocorrendo de forma paralela a participação dos indivíduos. A segunda forma se diferencia da primeira no sentido de que “[...] não incorpora um número amplo de atores sociais, e porque é determinado por lei e pressupõe sanções em casos da não instauração do processo participativo” (AVRITZER, 2008, p. 46). E a terceira, na qual os cidadãos não participam ativamente, mas têm a atribuição de ratificar de forma pública tais decisões.

No contexto brasileiro, Bonavides (2003) argumenta em relação à constituição de 1988 como importante passo no que se refere à participação, logo em seu artigo 1º, garantindo a todos o direito e a possibilidade real de participar ativamente. Desse modo é que se considera por uma democracia semidireta, na qual se encontram instrumentos de participação, sendo assim entendida como democracia participativa. Como forma de se trabalhar a ideia de participação no Brasil, é importante lembrar que nas últimas décadas se teve um avanço no que se refere aos estudos sobre participação, tendo como principais elementos a serem discutidos a teoria sobre a importância da participação dos atores da sociedade civil nas políticas sociais e suas formas de participação, especificamente através dos estudos de autores como Leonardo Avritzer (2008), Gurza Laval (2011) e Luciana Tatagiba (2002). Dessa maneira, é possível afirmar que essa corrente é responsável por trabalhar conceitos como arranjos participativos e as relações existentes entre sociedade civil e mecanismos institucionais, perspectivas em que esse estudo se apoia.

4. Participação política e internet: o que pensam os jovens a respeito?

Para iniciar a discussão a respeito dos jovens membros dos grupos aqui analisados (estudantil, cultural e religioso), considera-se de fundamental importância realizar uma contextualização a respeito do perfil deles, se tratando assim de jovens em sua maioria pertencentes a faixa etária de 16 a 18 anos de idade, do sexo feminino, de cor parda, que estão cursando o ensino médio, possuem uma renda familiar de até o um salário-mínimo e que residem na zona urbana do município de Palmácia.

Os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre o entendimento a respeito da política. Escolheram-se nomes fictícios para fazer referências as falas. Helen (16 anos), aluna da Escola de Artes Casulo, vincula o conceito à ideia de justiça social. Jéssica (21 anos), também da referida escola, o percebe alinhado à perspectiva de justiça social, mas refletindo em âmbito local, considera que no município essa ideia não se aplica. Ela cita que apenas algumas pessoas são beneficiadas pelo governo municipal, enquanto alguns grupos são deixados de lado.

Maria (16 anos), integrante do Grêmio Estudantil da EEEP Giselda Teixeira, discorre que a política diz respeito à capacidade de conseguir que as vozes de diversas pessoas sejam ouvidas. Joana (17 anos), também membro do referido Grêmio Estudantil, acredita que a política seja um movimento criado para representar as pessoas e governar.

Aline (17 anos), que integra o Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio percebe o conceito a partir da ideia de democracia, na qual se tem o direito de votar e escolher o seu representante. Já Lucas (16 anos), do mesmo grupo, observa que a política diz respeito às regras, convivência e opiniões diferentes.

Ainda nessa questão, Felipe (21 anos), do Movimento Eucarístico Jovem, afirma que política é uma forma de darmos a nossa opinião e, assim, escolhermos o que é de melhor de acordo com os benefícios oferecidos por determinado candidato. Jorge (20 anos), também do mesmo grupo, defende a ideia da política como uma consciência comum e individual de todo ser humano que é projetada na sociedade.

Assim como nos resultados obtidos na pesquisa de Marcos Ribeiro Mesquita et. al. (2016), as concepções que os jovens possuem a respeito da política se caracterizam como de fato bastante diferentes, heterogêneas. Embora carregadas de diferenciações, é notório que há alguns pontos de congruência e ligação com esferas participativas. Nesse sentido, identifica-se que tais concepções podem ser relacionadas especialmente com a visão clássica da política eleitoral, além dela como alicerce para as relações sociais, no qual tudo é entendido como político. Por fim, cita-se a política por um viés de transformação social, assim como algo pessoal.

Para entender como se dá a relação dos jovens com o tema e a prática de participação, julgou-se necessário primeiramente entender qual a concepção que eles possuem acerca do conceito. Helen acredita “ser muito importante, mas afirma que não visualiza com frequência essa prática entre os jovens de Palmácia”. Jéssica, por outro lado, afirma que “os movimentos políticos de jovens não possuem apoio, além de serem muito superficiais”. As falas de Helen e Jéssica denotam uma perspectiva mais próxima à ideia de afastamento dos mecanismos convencionais de participação e da política eleitoral, já disseminada pela literatura.

Maria considera que a participação juvenil se trata de “jovens que buscam entender sobre o que podem fazer pra que tenham melhores condições de existência”. Já Lucas compreende que “são jovens que buscam melhorias, que buscam conhecimento político falando e fazendo”. Problematisando a respeito das afirmações, pode-se citar as contribuições de Carrano (2012) especialmente ao mencionar a pesquisa realizada pelo Ibase/Pólis em 2005, que mostrou que os interesses dos jovens estavam direcionados a objetivos mais práticos. Percebeu-se, assim, uma preocupação em relação à violência, além de lutas por melhores condições. Diante disso, Carrano defende a ideia de que os jovens têm uma pré-disposição ao se envolverem em causas ao invés de instituições. Eles, ainda, “aderem a ações coletivas que lhes permitam controlar os processos decisórios e cujos resultados não sejam postergados para um futuro longínquo” (CARRANO, 2012, p. 100).

Aline comenta sobre o tema partindo da sua experiência como participante do Grêmio, considerando “muito importante, pois se cresce conhecendo o que é política, o interesse começa na escola com o Grêmio onde você se dedica e faz uma campanha e daí você já começa mudar o pensamento sobre políticas”. A afirmação se assemelha ao que Francisco Martins e Juarez Dayrell (2013) defendem no que se refere aos jovens e às vivências oportunizadas pelo grêmio estudantil, uma vez que ele é observado como um local educativo com direcionamento à prática. Os autores consideram que o grêmio pode trazer alguns benefícios, como: ampliar a representatividade, possibilitar que os membros possam ocupar e terem outras funções, além daquelas desempenhadas apenas no ambiente da sala de aula.

Jorge faz uma vinculação da participação juvenil como “uma visão diferente de perceber problemas presentes e uma possibilidade de traçar parâmetros não pensados anteriormente”. Sobre o caráter inovador do jovem, Marialice Foracchi (1977) já discorria que o estudante universitário tem consigo uma consciência que, de alguma forma, pode estimulá-lo a ter uma ação inovadora, orientada para uma reflexão sobre aspectos como: seu papel, a classe originária e a sociedade em que está inserido.

Em prosseguimento, tem-se na tabela 1 o questionamento a respeito do que os jovens consideram enquanto participar politicamente.

Tabela 1 - Para você, o que é participar politicamente?

Grupo	Acompanhar as decisões do poder público	Filiar-se a um partido político	Ir a audiência públicas, fóruns, conselhos gestores, participar da elaboração do orçamento municipal	Ir a manifestações públicas	Votar	Total
Escola de Artes Casulo	10,3%		6,9%		6,9%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira		3,4%		3,4%	13,8%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	20,7%		3,4%		3,4%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	10,3%			3,4%	13,8%	27,6%
Total	41,4%	3,4%	10,3%	6,9%	37,9%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

Sobre o questionamento acima os jovens da Escola de Artes Casulo entendem como acompanhamento das decisões do poder público (10,3%), utilizar-se dos mecanismos como audiências, conselhos etc. (6,9%), e votar (6,9%). Os integrantes do Grêmio Estudantil da EEEP Giselda Teixeira acreditam em filiação a partidos políticos (3,4%), ir a manifestações públicas (3,4%) e votar (13,8%). Já os que compõem o Grêmio Estudantil da Escola Maria Amélia Perdigão Sampaio acreditam que se trata de acompanhar as decisões do poder público (20,7%), fazer o uso dos mecanismos como audiências, conselhos etc. (3,4%) e votar (3,4%). Os participantes do Movimento Eucarístico Jovem acreditam em acompanhamento das decisões do poder público (10,3%), ir a manifestações públicas (3,4%) e votar (13,8%). Sendo assim, fica evidente que a maioria dos jovens acredita que participar politicamente seja acompanhar as decisões do poder público e exercer o direito ao voto, o que revela o entendimento e vinculação dos jovens a uma participação mais institucionalizada. Como indica Mesquita e Oliveira (2013), a participação passa a ser traduzida necessariamente pela imersão em espaços tidos como formais da política. “Passa também pelo reconhecimento dos canais institucionais como espaços de disputa – de ideias, projetos e modelos de sociedade – e de ampliação da democracia” (MESQUITA, OLIVEIRA, 2013, p. 381).

Por outro lado, Baquero (2001) indica que no Brasil se tem uma baixa participação política, vinculada ainda apenas ao voto, culminando, assim, em uma cultura política com acentuado desafeto pela participação. Visualiza-se de acordo com os dados obtidos uma concepção de participação vinculada à figura do Estado, especialmente no acompanhamento de suas decisões e por meio do voto.

Tendo em consideração o impacto que a internet possui na vida em sociedade e, principalmente, as redes sociais, entendeu-se que este trabalho também pudesse abordar tal tema, uma vez que ele se torna a cada dia mais presente e recorrente de ser debatido.

Nesse sentido, pretendeu-se perceber como o jovem inserido nos grupos já mencionados interage com as redes, especialmente no que diz respeito às questões políticas, no exercício de sua liberdade de expressão, de vontades e anseios. Lançou-se questionamentos com o objetivo de identificar qual seu posicionamento diante de tal perspectiva.

Os jovens foram indagados se já haviam utilizado as redes sociais como uma ferramenta para manifestar a sua indignação ou para se posicionar politicamente frente aos problemas enfrentados pelo seu município. A tabela 2 demonstra o quantitativo de respostas obtidas em relação a cada grupo analisado.

Tabela 2 – Você utilizou as redes sociais para manifestar sua indignação ou manifestar-se politicamente no que se refere às questões no seu município?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo	13,8%	10,3%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira	10,3%	10,3%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	20,7%	6,9%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ	17,2%	10,3%	27,6%
Total	62,1%	37,9%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados demonstram que 62,1% dos entrevistados não se manifestaram nas redes sociais com o propósito de expressar sua opinião em relação ao cenário político na esfera local, enquanto 37,9% afirmaram que já se posicionaram no ambiente virtual. Os dados indicam que a maior parte dos jovens não tem a prática de se posicionar politicamente por meio das redes sociais.

Para compreender o que as respostas dos jovens podem significar, é importante lembrar do debate oportunizado por Sebastião e Elias (2012), especificamente ao se deterem à análise das redes sociais. Os autores destacam que inicialmente a internet foi vista, por parte da literatura, carregada de otimismo para a democracia, sendo observada, ainda, como um novo modo de participação política. A possibilidade de maior comunicação estimularia a transformação da internet em um grande espaço para a troca de ideias, opiniões e debates políticos.

No entanto, Sebastião e Elias (2012) consideram que com o crescimento da internet e a propagação de informação, o ambiente virtual foi se aproximando cada vez mais da realidade, incluindo as mazelas sociais enfrentadas, como: preconceitos, desigualdade e prática de crimes. Pensando nas respostas dos jovens sobre a questão acima citada, é possível afirmar que eles, em sua maioria, possam não observar a internet como uma prática efetiva de participação, ou mesmo terem uma concepção ligadas aos modos tradicionais de participação como único caminho possível.

Julgou-se importante, também, questionar aos jovens qual o posicionamento deles no que tange à possibilidade da internet de auxiliar, de algum modo, a participação da juventude. Foram obtidos os seguintes números:

Tabela 3 - Você acha que a internet pode auxiliar, de alguma maneira, a participação da juventude nos debates políticos?

Grupo	Não	Sim	Total
Escola de Artes Casulo		24,1%	24,1%
Grêmio Estudantil – EEEP Giselda Teixeira		20,7%	20,7%
Grêmio Estudantil – Maria Amélia Perdigão Sampaio	3,4%	24,1%	27,6%
Movimento Eucarístico Jovem – MEJ		27,6%	27,6%
Total	3,4%	96,6%	100,0%

Fonte: Elaborado pelo autor

Embora tenham, em sua maioria, afirmado que não se posicionam politicamente no ambiente virtual, a maior parte dos jovens, 96,6%, acredita que a internet pode contribuir com a participação das juventudes nos debates políticos.

É importante enfatizar que a afirmativa dos jovens pode estar relacionada à relevância que a internet possui na vida social. As reflexões de Furini, Malini e Antuon (2013) são orientadas à compreensão de que a internet direciona para um novo contexto da mídia, no qual se tem sua predominância em relação à divulgação de notícias, retirando, assim, o foco da imprensa formal. Nesse sentido, o que se verifica é que as narrativas propagadas na internet se vinculam, na verdade, à proposta de não permitir que seja colocada apenas na imprensa formal a responsabilidade de divulgar os acontecimentos da sociedade.

Para Borges e Jambeiro (2016), ao disseminar informações e opiniões a internet contribui de modo decisivo para a participação política dos cidadãos, uma vez que a partir dela pode se conhecer os problemas enfrentados e assim buscar soluções possíveis e a transformação social. Apoiando-se nas ideias de Eisenberg, os autores citam que a internet também oportuniza uma individualização daquilo que é acessado, dado que os indivíduos podem escolher os pontos de vista que se alinham com os seus. Cita-se, ainda, que com o crescimento das redes sociais, as notícias se apresentam de maneira mais restrita, se distanciando dos padrões presentes no início da internet.

“Como você observa as redes sociais no que diz respeito às questões políticas?” foi outra indagação levantada. Helen afirmou que elas são um meio de se informar a respeito do que está acontecendo na política. Jéssica, por outro lado, disse que às vezes tem interesse em acompanhar o que vem sendo feito na cidade a partir da internet. Maria indicou que a internet é uma forma de jovens expressarem seus desejos para que se tenha um futuro melhor. Joana afirmou que com a utilização da internet e das redes sociais se pode ter uma melhor escuta das opiniões. Lucas discorreu que as redes sociais se tratam de um espaço no qual a maioria das pessoas têm acesso, tendo informação a todo momento, o que pode contribuir para um maior conhecimento das questões políticas. Felipe analisou que a internet deu voz a muitas pessoas que eram inviabilizadas pela sociedade. Jorge defendeu a ideia de que a internet proporciona um local de fala para “todos” que se sentem excluídos e promove debates com pessoas que possuem os mais variados tipos de opinião.

A partir das falas dos jovens é possível identificar que eles visualizam a internet, assim como as redes sociais, como uma ferramenta de comunicação, para ter acesso à informação e conhecer os problemas enfrentados. A perspectiva dos jovens se alinha a uma pesquisa publicada recentemente pela consultoria Ideia Big Data, divulgada pelo site O

Globo³, a qual demonstra que cerca de 47% dos jovens brasileiros se informam a respeito de política por meio das redes sociais. Também é apresentado na pesquisa que cerca de 42% dos jovens seguem algum político em suas redes sociais. Com isso, percebe-se que a internet e as redes sociais exercem bastante influência na vida dos jovens, além de ser uma das principais formas de comunicação e de busca por conhecimento e informação. Nessa perspectiva, sugere-se entender que seu papel no cenário político-participativo está muito relacionado com a ideia de troca de informações. Atualmente ela possui fundamental importância para o processo de construção de um espaço em que se possa ter debates específicos sobre cidadania, participação, políticas públicas e os demais temas que se colocam como importantes e necessários de serem trabalhados tendo como foco à obtenção da justiça social e a minimização das desigualdades tão presentes no cotidiano da sociedade brasileira.

Considerações finais

O estudo ora apresentado oportunizou uma análise do tema da participação com o propósito de identificar qual a compreensão que jovens pertencentes a diferentes grupos sociais possuíam sobre política e participação política. Foi possível identificar que os jovens possuem uma perspectiva ainda direcionada à política e à participação política com a finalidade eleitoral.

Em relação ao fator internet, identificou-se que a maioria dos jovens afirmou que não havia se manifestado politicamente nas redes sociais, no entanto, acredita que a internet pode auxiliar, de alguma forma, as juventudes no alcance de seus objetivos, ao entenderem-na como uma ferramenta importante para comunicação e informação. A partir disso surgem indagações, por exemplo: por qual motivo os jovens não se manifestam politicamente nas redes sociais mesmo a considerando como um espaço legítimo para tal?

Um fenômeno que pode influenciar tal aspecto pode estar relacionado à polarização que se apresenta em nosso País atualmente. Sobre isso pode-se citar uma pesquisa do IPEC⁴, realizada no segundo semestre de 2021, que aponta que 83% dos jovens brasileiros consideram que o debate sobre política nas redes sociais é agressivo e intolerante. A mesma pesquisa também indicou que 59% dos jovens afirmaram que não discutem política nas redes sociais em razão de terem medo do cancelamento. Por cancelamento, entende-se o linchamento virtual, iniciado ainda no ano de 2017, no Twitter, em que várias pessoas passaram a utilizar uma *hashtag* específica, “me too”, com o intuito de realizar denúncias de abusos cometidos por celebridades. No entanto, hoje não se tem mais tal diferenciação, uma vez que tal prática pode ser direcionada a qualquer pessoa que exponha a sua opinião nas redes sociais (LIMA, et al. 2021).

Nesse sentido, verifica-se um impasse no que se refere à internet, na medida em que pode auxiliar de forma decisiva nas reivindicações de melhores condições de existência, na divulgação dos problemas enfrentados, acaba não sendo utilizada para tal finalidade.

Por fim, entende-se que o estudo se caracterizou como um singelo passo na direção de se articular diferentes percepções sobre participação política de jovens no mundo contemporâneo, mas especificamente de jovens do interior do estado do Ceará, em sua maioria pobres, do sexo feminino, não brancas e que estão cursando o ensino médio. Espera-se, assim, que outras pesquisas possam ser realizadas em diferentes contextos com o propósito de se estimular o debate a respeito das distintas juventudes que compõem o Brasil e, assim, contribuir com a formulação de políticas públicas que possam atender suas verdadeiras necessidades e expectativas.

³ Fonte: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/pesquisa-mostra-que-47-dos-brasileiros-entre-18-24-anos-se-informam-sobre-politica-em-redes-sociais-23978095>

⁴ Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/11/03/ipecc-por-medo-de-cancelamento-6-em-cada-10-jovens-nao-falam-de-politica.html>

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, SP, n. 6, p. 25-36, maio/dez. 1997.

AVRITZER, Leonardo. Instituições participativas e desenho institucional. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 43-64, 2008.

BAQUERO, Marcello. Cultura política participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 15, n. 4, p. 98-104, dez. 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 224 p.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Constitucional da Democracia Participativa**: por um Direito Constitucional de luta e resistência por uma Nova Hermenêutica por uma repolitização da legitimidade. 2.ed., São Paulo: Malheiros, 2003.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Evolução do uso da internet na participação política de organizações da sociedade civil. In: PINHO, José Antônio Gomes de. **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, p. 73-97, 2016.

BOURDIEU, Pierre. "A juventude é apenas uma palavra". **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, RJ, n. 27, p. 83-100, 2012.

COLE, Howard. The social theory. In: HIRST, Paul. **The pluralist theory of the state**, New York: Routledge, p. 51-108, 1993.

FONSECA, João José Saraiva. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UECE, 2002. 127 p.

FURINI, Liana Gross. MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. **Contemporânea Revista de Comunicação e Cultura**, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 1, p. 125-127, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. Ed., São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação. **Caderno C R H**, Salvador, BA, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.

GOHN, Maria da Glória. Teorias sobre a participação social: desafios para a compressão das desigualdades sociais. **Caderno C R H**, Salvador, v. 32, n. 85, p. 63-81, jan./abr. 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Juventudes e educação sociocomunitária: roteiros de investigação. **EcoS – Rev. Cient.**, São Paulo, SP, n. 32, p. 51-66, set./dez. 2013.

HIRST, Paul. **Associative democracy**: new forms of economic and social governance. Amherst: University of Massachusetts, 1994.

LASKI, Harold Joseph. **A grammar of politics**. Londres: George Allen & Unwin, 1951.

LAVALLE, Adrián Gurza. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, Roberto Rocha (Org.) **Efetividade nas instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, p. 33-43. 2011.

LIMA, Gabriele Oliveira *et al.* As consequências da cultura do cancelamento na saúde mental: uma revisão narrativa. **Psicologia: abordagens teóricas e empíricas**, 2021.

MARTINS, Francisco André Silva; DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e participação: o grêmio estudantil como espaço educativo. **Educação & Realidade**, v. 38, n. 4, p. 1267-1282, out./dez. 2013.

MESQUISA, Marcos Ribeiro; OLIVEIRA, Ana Clara Martins. **Juventudes, movimentos e culturas**: a participação política de jovens na cidade Maceió. Estudos de Psicologia, v. 18, n. 2, p. 379-387, abr./jun. 2013.

MESQUITA, Marcos Ribeiro et al. Juventudes e Participação: compreensão de política, valores e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 28, p. 288-297, 2016.

MILANI, Carlos. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **RAP-Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.

MORAIS, Jennifer Azambuja de; BAQUERO, Marcello. A internet e a (des)politização dos jovens brasileiros. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, n. 25, p. 33-62, jul./dez. 2018.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 25, n. 106, 1990.

SEBASTIÃO, Sónia Pedro; ELIAS, Ana Catarina. O ativismo like: as redes sociais e a mobilização de causas. **Soc. e Cult.**, Goiânia, vol. 15, n.º. 1, pp. 61-70, jan./jun, 2012.

SOUZA, Candida de; PAIVA, Ilana Lemos de. Faces da juventude brasileira: entre o ideal e o real. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 353-360, dez. 2012.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina. (Ed.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Proposições**, v. 29, n. 1, p. 214-238, jan./abr. 2018.

VELHO, Gilberto. Juventudes, projetos e trajetórias na sociedade contemporânea. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de. EUGENIO, Fernanda (Orgs). **Culturas Juvenis: novos mapas de afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.